

O VATICANO II: origens, avanços, perspectivas¹

THE VATICAN II: origins, advances and perspectives

Antônio Alves de Melo^()*

RESUMO

O concílio ecumênico Vaticano II completa 50 anos de abertura. Recordando o fato, este artigo começa por apresentar o que seja um concílio ecumênico, baseando-se na teologia e na história. Em seguida, expõe o Vaticano II, situando-o no horizonte da vida da Igreja o que inclui os antecedentes imediatos, a convocação, preparação, embates, características do concílio e dificuldades do pós-concílio. Por último, são apresentadas as quatro constituições conciliares, cada uma com o tema próprio: a constituição sobre a liturgia, a constituição dogmática sobre a Igreja, a constituição dogmática sobre a Palavra de Deus, a constituição pastoral sobre a Igreja no mundo, destacando alguns de seus pontos principais, bem como as perspectivas abertas por elas e até agora assumidas ou não pela Igreja.

PALAVRAS-CHAVE: Concílio ecumênico. Vaticano II. Teologia. Pastoral. Recepção. Renovação.

ABSTRACT

The Second Vatican Ecumenical Council completes 50 years of opening ceremony. Remembering of the fact, this article begins to present what does it mean to be an Ecumenical Council, based on theology and in history. In the following, tries to explore the Second Vatican, situating it in the horizon of the life of the Church which include the immediate antecedents, the convocation, preparation, dialogues, characteristics of the Council and difficulties of post Conciliar period. Finally, the text analyses the four Conciliar Constitutions, each of them with the specific theme: The Constitution on Liturgy; The Dogmatic Constitution on the Church; The Dogmatic Constitution on the Word and The Pastoral Constitution about the Church in the World, highlighting some of the important points as well as some of the new perspectives opened by these Constitutions and till today assumed or not by the Church.

KEYWORDS: Ecumenical Council. Vatican II. Theology. Pastoral. Reception. Renovation.

^(*) Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma, Itália). Assessor teológico junto a comunidades eclesiais. Professor de Teologia. Colaborador de revistas científicas de Filosofia e Teologia. E-mail: peantomelo@ig.com.br

¹ Este texto é resultado de um estudo sobre o Vaticano II feito à Catedral de Nossa Senhora da Glória, em Valença – RJ; à Catedral de Santo Antônio, em Duque de Caxias – RJ e ao Instituto de Teologia Monsenhor Barreto, em Barra Mansa – RJ.

1 O QUE É UM CONCÍLIO ECUMÊNICO

Quando, a 25/1/1959, o papa João XXIII anunciou a convocação de um concílio ecumênico, os fiéis perguntavam: o que é um concílio ecumênico? A crescente importância do papado desde a Idade Média até chegar ao ápice no Vaticano I (1869-1870) com o dogma da infalibilidade, bem como o número diminuto de concílios nos últimos séculos contribuíram para esse desconhecimento. Ora, o concílio ecumênico é uma expressão da Igreja em seu ser profundo, quando, num momento e circunstância determinados, procura confessar o Evangelho e transmiti-lo em sua pureza inalterada.

A Igreja é a reunião, a assembléia universal de todos os fiéis em Cristo, o povo unido em virtude da unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Essa assembléia possui diversos níveis de realização, mas é sempre Deus quem a convoca. A convocação por Deus requer a resposta daqueles que são convocados, resposta nascida da liberdade humana sob a moção da graça. Neste sentido pode-se falar numa Igreja que nasce do povo.

O vocábulo *concílio* vem do latim *concilium*, que significa *assembleia, reunião*. Sendo assim, a Igreja mesma pode ser chamada de “concílio ecumênico convocado por Deus”, grande assembleia de que participam todos os fiéis cristãos unidos na comum responsabilidade pelo Evangelho, tendo à frente aqueles que exercem o ministério-serviço da presidência. A *conciliaridade* é, pois, uma dimensão da Igreja em qualquer nível de realização: Igreja universal, Igreja local ou particular, Igreja pequena comunidade.

A reunião contada em At 15 é uma espécie de matriz histórica dos vindouros concílios ecumênicos. Surgira uma tensão entre a Igreja de Jerusalém e a de Antioquia em torno da lei mosaica e da circuncisão. Para ser o Israel escatológico, a Igreja não precisa estar em continuidade com o primeiro Israel e conservar suas instituições? A Igreja de Jerusalém, dominada por judeu-cristãos defendia que sim; a de Antioquia, heterogênea e dinâmica, via a questão com outros olhos. Reuniram-se os apóstolos, Pedro estando presente, e depois de uma longa discussão tomaram algumas decisões obrigatórias para toda a Igreja: “... decidimos o Espírito Santo e nós...” (At 15,28). A solução encontrada foi de estilo bem *católico*: não “ou isso ou aquilo”, e sim “e isso e aquilo”. Os cristãos vindos da gentildade não precisavam submeter-se à circuncisão nem à observância da lei mosaica, embora fossem estabelecidas algumas cláusulas para facilitar a convivência entre eles e os cristãos de origem judaica.

No século II começaram os conflitos regionais provocados por cismas e heresias. Para solucioná-los convocaram-se sínodos regionais. No século III, o sínodo tornou-se uma instituição permanente. A partir de Constantino, a Igreja adquiriu crescente importância até vir a ser a religião oficial do império. Com isso, os sínodos cresceram em importância, passaram a ser uma instância oficial e suas decisões adquiriram caráter obrigatório. De fato, na Igreja antiga houve diversos tipos de sínodos. Aqueles que vieram a ser chamados concílios ecumênicos representam a forma mais elevada dessas assembleias episcopais.

O concílio ecumênico é assim denominado devido à participação de uma parte representativa de todo o colégio episcopal e à destinação do ensino conciliar para a Igreja inteira. Esse ensino deve receber a confirmação do papa. Além dos bispos, também participam do concílio presbíteros, diáconos, religiosos e leigos, embora seja reservada aos bispos a decisão final. Significativa novidade no Vaticano II foi a presença de observadores não-católicos.

Entre o primeiro concílio ecumênico, reunido em Nicéia (325), e o mais recente, reunido no Vaticano (1962-1965), houve um amplo desenvolvimento teológico e canônico. Haja vista, por exemplo, o peso cada maior da autoridade do bispo de Roma a partir do século V. Atualmente, é determinante seu papel a começar pela convocação, mas nem sempre foi assim. Os primeiros concílios foram convocados pelo imperador. Não obstante a influência do papa, os bispos sempre discutiram com inteira liberdade, mesmo quando o papa, a exemplo de Pio IX, tendia para a centralização e o autoritarismo. Afinal de contas, nenhuma autoridade na Igreja suprimiu nem pode suprimir a vida e a responsabilidade própria dos fiéis e das comunidades eclesiais.

O concílio ecumênico possui o supremo poder de jurisdição sobre a Igreja, ensina com autoridade divina, mas é sempre uma expressão da Igreja e não um poder a pairar acima dela. Se o concílio e o papa podem por atos capazes de exigir o assentimento de fé, ambas as instâncias concretizam *suo modo* a infalibilidade da Igreja. Como bem o afirma o Vaticano I na constituição dogmática *Pastor Aeternus*, o papa “goza daquela infalibilidade com a qual o Redentor quis estivesse munida a sua Igreja”². A afirmação vale também para o concílio. O ensino infalível do magistério visa ajudar os demais fiéis na infalibilidade do ato de fé, que é o mais importante.

A vida da Igreja acontece numa variedade imensa de realizações que abrange a vivência cotidiana da fé, o heroísmo dos mártires, a reflexão teológi-

² Vaticano I, Constituição *Pastor Aeternus*, cap. 4.

ca, a celebração da liturgia, a prática pastoral, as ações de pastoreio e governo. O concílio ecumênico é uma dessas realizações, talvez a de alcance mais amplo no plano da visibilidade institucional, mas sempre uma expressão do ser da Igreja³, “um acontecimento do Espírito de Deus que conduz a Igreja”.

2 CONCÍLIO VATICANO II: panorama histórico, teológico, pastoral

Anunciado por João XXIII a 25/1/1959, o concílio Vaticano II foi inaugurado a 11/10/1962, desenrolou-se em quatro sessões e encerrou-se a 8/12/1965. A primeira sessão se deu quando o papa era João XXIII, as outras no pontificado de Paulo VI.

Embora anunciado inesperadamente, o Vaticano II teve uma longa e sofrida preparação com os movimentos bíblico e litúrgico, a renovação da teologia e novas experiências pastorais, a exemplo da “nova teologia”, da Ação Católica e dos padres operários. Pode-se falar em antecipações proféticas dos caminhos que o Vaticano II abriria mais adiante. Como sói acontecer com qualquer antecipação profética, os movimentos de renovação encontraram resistência e sofreram oposição. Recordo a condenação da “nova teologia” por Pio XII em 1950 e, entre nós, o conflito entre seguidores e opositores da renovação litúrgica.

Após o inesperado anúncio seguiu-se a preparação e essa não foi fácil, pois muitos se opunham à convocação de um concílio, particularmente na cúria romana. Conta-se que Pio XI e Pio XII haviam cogitado convocar um concílio, mas não resistiram aos opositores. Havia quem defendesse que com a definição dogmática da infalibilidade do papa, o concílio ecumênico se tornara desnecessário. Agora, diante da convocação, não havia como impedir que o concílio se reunisse. O jeito era tentar neutralizá-lo. Foi essa a tarefa das comissões preparatórias. Elaboraram documentos de orientação conservadora, certas de que seriam aprovados em um concílio de rápida duração, umas três semanas talvez. Em seguida, os bispos voltariam para suas dioceses e tudo continuaria como dantes. Mas houve também sinais de esperança na fase preparatória. Um deles foi a criação, aos 5 de junho de 1960, do Secretariado para a União dos Cristãos.

³ Ver *Sacramentum Mundi* 1, verb. Concílio, Herder, Barcelona, 1970, 870-874; *Dicionário de Teologia*, 1, verb. Concílio, Loyola, São Paulo, 1970, 242-251. J. Feiner e M. Loehrer, *Mysterium Salutis* I/3, Vozes Petrópolis, 1971, 61-89; H. Waldenfels, *Teologia fundamentale nel contesto del mondo contemporâneo*, Paoline, Milano, 1988, 611-643; A.T. Queiruga, *A revelação de Deus na realização humana*, Paulus, São Paulo, 1995, 385-397; K. Rahner (coord.), *O problema da infalibilidade*, Loyola, São Paulo, 1976; B. Sesboué, *O magistério em questão*, Vozes, Petrópolis, 2004.

Na primeira sessão do concílio, outro rumo foi tomado. A corajosa atuação de alguns bispos provocou uma reviravolta. Os documentos provenientes das comissões organizadas pela cúria romana foram rejeitados. Formaram-se novas comissões e iniciou-se uma discussão que desembocaria nos documentos posteriormente aprovados. Foi assim que, em lugar de três semanas, o concílio durou três anos. Em vez de nada mudar, deu início a um processo de renovação que continua em andamento meio século depois.

Na aula conciliar, a minoria conservadora foi ouvida e respeitada. Seus pontos de vista aparecem nos documentos conciliares que, às vezes, tomam a forma de documentos de compromisso, onde se tenta costurar posições opostas. É a tendência católica de evitar o radicalismo “ou isso ou aquilo” e buscar o consenso “e isso e aquilo”. O que vem provocando tensões no processo de recepção do Vaticano II. A Igreja católica pode ser comparada à arca de Noé, onde havia espaço para toda espécie de bichos. Acomodá-los deve ter sido difícil e custoso. Poderia ser de outro modo? Por analogia, existem na Igreja incontáveis formas de vivência da fé. Nenhuma delas isoladamente nem todas juntas esgotam a riqueza do evangelho. Por outro lado, nem todas se equivalem. A inspiração evangélica é evidente em algumas, noutras nem tanto.

Nos concílios anteriores, o combate a cismas e heresias, constituía uma das preocupações dominantes. O Vaticano II assumiu uma postura diferente em sua preocupação pastoral, ecumênica e missionária. Levou a uma outra autoconsciência da Igreja e a um novo modo de pensar a relação da Igreja com as religiões, os não-crentes, o mundo e a história.

O Vaticano II foi um concílio pastoral, esta é a característica que o define. Contudo, não se limitou a fazer recomendações pastorais. Sua preocupação maior foi tornar a Igreja presente na nova época em que estamos entrando, mas sempre uma Igreja fundada sobre a revelação divina em Jesus Cristo.

Foi também profunda a mudança na linguagem dos documentos conciliares. Desde o concílio de Nicéia, a linguagem conciliar empregava uma forma bipartida. Fazia-se a confissão de fé; em seguida, indicavam-se os anátemas e as outras regras canônicas⁴. Esse modo de se exprimir estava ligado ao contexto de uma sociedade oficialmente cristã, cuja unidade se defendia mediante delimitações jurídicas. Tratava-se de um estilo muito diferente do estilo da Escritura.

⁴ Um exemplo: Denzinger-Hünermann, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, 1520-1583).

O Vaticano II abandona os anátemas e passa a exprimir-se sob a forma de “um magistério com caráter acima de tudo pastoral”, mas sem diminuir em nada sua autoridade doutrinal⁵. Em torno dessa questão foi decisiva a palavra de João XXIII no discurso de abertura: *Uma é a substância da antiga doutrina do depositum fidei e outra é a formulação que a reveste; e é disto que se deve – com paciência, se necessário – ter em grande conta, medindo tudo nas formas e proporções do magistério de caráter prevalentemente pastoral* ⁶. Pode-se falar de uma continuidade com a grande tradição da Igreja e descontinuidade em relação a tradições posteriores. Elementos disciplinares e canônicos estão presentes, mas integrados numa perspectiva globalmente não-jurídica. Por isso, em lugar da habitual linguagem escolástica e canônica, usa-se outra linguagem mais antiga, embora esquecida durante muito tempo: a linguagem da Bíblia e dos Santos Padres. Pode-se mesmo falar de uma analogia entre a linguagem do Vaticano II e a da Bíblia e dos Padres com seu estilo mais evocativo, narrativo, parenético, deliberativo e doxológico.

Assim chegou até nós o ensinamento conciliar na diversidade de suas formas: duas constituições dogmáticas, uma constituição pastoral, uma constituição, nove decretos e três declarações:

- *Constituição Dogmática “Lumen Gentium”* (A Igreja)
- *Constituição Dogmática “Dei Verbum”* (A Revelação Divina)
- *Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”* (A Igreja no Mundo de Hoje)
- *Constituição “Sacrosanctum Concilium”* (A Sagrada Liturgia)
- *Decreto “Unitatis Redintegratio”* (O Ecumenismo)
- *Decreto “Orientalium Ecclesiarum”* (As Igrejas Orientais Católicas)
- *Decreto “Ad Gentes”* (A Atividade Missionária da Igreja)
- *Decreto “Christus Dominus”* (O Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja)
- *Decreto “Presbyterorum Ordinis”* (O Ministério e a Vida dos Presbíteros)
- *Decreto “Perfectae Caritatis”* (A Atualização dos Religiosos)
- *Decreto “Optatam Totius”* (A Formação dos Presbíteros)
- *Decreto “Apostolicam Actuositatem”* (O Apostolado dos Leigos)
- *Decreto “Inter Mirifica”* (Os Meios de Comunicação Social)
- *Declaração “Gravissimum Educationis”* (A Educação Cristã)

⁵ Ver W. Kasper, *La Chiesa di Gesù Cristo. Scritti di ecclesiologia*, col. Biblioteca di teologia contemporanea 152, Queriniana, Brescia, 2011, 174-184; D. Dupont-Fauville, Une herméneutique pour Vatican II, *Nouvelle Revue Théologique*, 134/4, 2012, 560-579; Christoph Theobald, O estilo pastoral do Vaticano II e sua recepção pós-conciliar, *Perspectiva Teológica* 122, 2012, 217-236.

⁶ João XXIII, *Gaudet Mater Ecclesia* – Discurso de abertura do Vaticano II, 11/10/1962.

- *Declaração “Dignitatis Humanae”* (A Liberdade Religiosa)
- *Declaração “Nostra Aetate”* (As Relações da Igreja com as Religiões não-Cristãs).

Os documentos onde o magistério conciliar ensina com maior autoridade são as constituições, embora alguns decretos e declarações contenham assuntos de relevância cada vez maior. Basta olhar para a crescente importância do diálogo inter-religioso com seus desdobramentos teológicos e pastorais.

Encontramo-nos na fase de recepção do Vaticano II. Certamente será uma fase demorada e não está sendo tranquila⁷. Contudo, a história registra a custosa recepção de outros concílios. O de Nicéia, por exemplo, com suas definições cristológico-trinitárias e sua rejeição do arianismo, provocou grande celeuma e sua recepção somente se efetivou muito depois, tendo sido decisiva a tenacidade de Atanásio. Mesmo entre nós, a recepção do concílio de Trento só aconteceu para valer três séculos após sua realização com a chamada *romanização*, que alguns preferem chamar de *retridentinização institucional*.

A Igreja do Brasil conheceu três concílios. O primeiro foi o de Trento (1545-1563), que já estava em andamento quando foi criada a primeira diocese brasileira, a de Salvador, em 1551. Seu primeiro bispo foi dispensado de participar do concílio. No concílio seguinte, o Vaticano I (1869-1870), estiveram presentes sete bispos do Brasil. Na época, eram onze as dioceses e uma delas se encontrava vacante. No abertura do Vaticano II contavam-se mais de duzentos bispos do Brasil e esse número foi crescendo com o andamento do concílio⁸.

Embora nenhum bispo do Brasil tenha se destacado de maneira individual, foram numerosas as intervenções coletivas do episcopado brasileiro, um dos episcopados a manifestar-se desse modo. Antes mesmo que o regulamento tivesse aconselhado o procedimento coletivo de preferência às intervenções in-

⁷ Ver P. Hünermann, *Quo vadis? Au sujet de l'importance du concile Vatican II por l'Église, l'œcuménisme et la société aujourd'hui*, *Recherches de Science Religieuse (RSR)* 100/1, 2012, 27-44; G. Routhier, *L'herméneutique de Vatican II. Réflexions sur la face cachée d'un débat*, *RSR* 100/1, 2012, 45-63; M. Godoy, *Concílio Vaticano II: balanço e perspectivas à luz dos seus 40 anos*, *REB* 65, 2005, 583-597; S.R. Coutinho/W.C. de Andrade, *A recepção do Concílio Vaticano II em regiões de fronteira: Maranhão e Centro-Oeste (1965-1975)*, *REB* 65, 2005, 598-630; E.D. Piva, *Recepção e divulgação do Vaticano II pelos franciscanos de Petrópolis*, *REB* 65, 2005, 631-655; R. Azzì, *O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e Mundo: uma perspectiva histórica*, *REB* 66, 2006, 337-369; J.M. Vigil, *O Concílio Vaticano II e sua recepção na América Latina*, *REB* 66, 2006, 370-395; F. Houtart, *O Concílio Vaticano II e sua recepção na Europa*, *REB* 66, 2006, 396-408.

⁸ Ver J.O. Beozzo, *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*, Paulinas, São Paulo, 2005; R.C. Caldeira, *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*, CRV, Curitiba, 2011.

dividuais, os bispos do Brasil já tinham feito duas intervenções coletivas. De modo que a forma organizada e colegialmente articulada caracterizou a atuação do episcopado brasileiro durante o concílio.

Concluindo, o Vaticano II foi um acontecimento que, embora encerrado, continua mediante os impulsos desencadeados, um movimento que prossegue naquelas correntes da vida eclesial que o assumiram. Representou a abertura para uma autoconcepção da Igreja diferente daquela então predominante e para outra compreensão da presença e missão da Igreja no mundo. Na perspectiva da Tradição, o Vaticano II é um acontecimento passado que continua presente no dinamismo do Espírito Santo, malgrado as diferenças, tensões e conflitos do processo de recepção.

3 AS CONSTITUIÇÕES CONCILIARES

As quatro constituições são os documentos basilares do Vaticano II. Com elas, a Igreja diz o que pensa de si mesma, certa, porém, de que isto só é possível a partir do Cristo e de sua união com ele. Retomando uma imagem da antiguidade, a Igreja não possui luz própria, mas reflete a Luz que é Jesus Cristo. Por isso, ao voltar-se para si mesma a fim de conhecer-se melhor, a Igreja sai necessariamente de si mesma, abre-se ao Senhor de quem é mistagoga, discípula e missionária. Por ele é enviada ao mundo em missão a fim de anunciar a proximidade do Reino de Deus.

3.1 CONSTITUIÇÃO “*SACROSANCTUM CONCILIUM*” SOBRE A SAGRADA LITURGIA (SC)

A expressão *Sacrosanctum Concilium* significa o *Sacrossanto Concílio*. Foi o primeiro documento conciliar aprovado e o menos trabalhoso no processo de elaboração e discussão, tendo sido promulgado a 4 de dezembro de 1963. Com ele, pela primeira vez um concílio ecumênico se voltava para a liturgia de modo tão intenso. Em seu pioneirismo, a SC foi anterior ao deslanchar do debate conciliar, donde se originaram os outros documentos. Mesmo assim, abriu o caminho para temas que viriam a ser decisivos, dentre eles o mistério da Igreja, o ministério como serviço ao Povo de Deus, a presença da Igreja no mundo. Em plano mais diretamente litúrgico, a SC representa a passagem do juridicismo litúrgico e da dispersão devocional para uma liturgia centrada na páscoa do Senhor, celebrada pela comunidade eclesial sob a presidência de um ministro ordenado.

Para chegar-se a isso foi decisiva a atuação do movimento litúrgico com seus propósitos de volta às fontes, aprofundamento teológico e participação dos fiéis nas celebrações litúrgicas, além dos encaminhamentos dados por Pio X e Pio XII. Ao primeiro devemos a volta à comunhão freqüente e a comunhão das crianças; ao segundo, a missa vespertina, a restauração da Vigília Pascal e da Semana Santa, a encíclica *Mediator Dei*. No Brasil, o movimento litúrgico aportou na década de 30 do século passado graças ao empenho de alguns beneditinos, o apoio de bispos, padres e leigos, conseguindo se firmar em meio ao enfrentamento de fortes grupos de oposição⁹.

Passo agora a indicar alguns pontos-chave da SC, começando pelo conceito mesmo de liturgia. Durante muito tempo, na perspectiva de uma ecle-siologia que acentuava a Igreja como sociedade perfeita, reduzia-se a liturgia aos ritos e às cerimônias a serem cumpridos em estrita obediência às rubricas. Via-se apenas o aspecto canônico, enquanto a dimensão teológica ficava no esquecimento. Com o movimento litúrgico, começou uma mudança de enfoque que levou à redescoberta da teologia litúrgica¹⁰.

Essa mudança aparece no próêmio da SC. Na celebração da liturgia, principalmente na celebração da eucaristia, se exerce a obra de nossa redenção. A liturgia contribui para a manifestação do mistério de Cristo na vida dos fiéis cristãos, para seu testemunho de fé diante dos outros e para a manifestação da genuína natureza da Igreja em seus diversos aspectos: humana e divina, visível, mas ornada de dons invisíveis, operosa na ação e devotada à contemplação, presente no mundo e ao mesmo tempo peregrina. Em cada um desses aspectos, a dimensão humano-histórica se acha sujeita à dimensão teológica, que lhe confere o sentido último. A liturgia opera o crescimento dos fiéis em Cristo pela força do Espírito e, ao mesmo tempo, os encoraja para a missão no mundo. Em toda ação litúrgica, Deus é glorificado e a humanidade santificada, Cristo associa a si a Igreja que por ele presta culto ao Pai.

Desse modo, o próêmio da SC pode ser considerado a “célula geradora da obra conciliar” ao estabelecer os vetores fundamentais da existência cristã. O fiel vive a relação com o mistério de Cristo e os outros mistérios, sob a mediação da Igreja e, na Igreja, faz a experiência da relação entre as dimensões

⁹ Ver José Ariovaldo da Silva, *O Movimento Litúrgico no Brasil. Estudo histórico*. Petrópolis: Vozes, 1983.

¹⁰ Cf. A. Cardita, Níveis e opções fundamentais da ciência litúrgica, *REB* 71, 2011, 142-180; A. Grillo, La tradition liturgique em modernité tardive. Um modèle interdisciplinaire de compréhension, *RSR* 101/1, 2013, 87-100.

humana e divina, na ação e na contemplação, presente e ao mesmo tempo estrangeiro no mundo.

A liturgia é o exercício do sacerdócio de Jesus Cristo. Nela, através de sinais sensíveis, de acordo com a especificidade de cada sinal, se realiza a santificação do ser humano; o Corpo Místico de Cristo, Cabeça e membros, presta a Deus o culto público integral. É antegozo e participação já desde agora na liturgia da Jerusalém celeste. É a fonte e o cume da ação da Igreja, sem que essa ação se esgote na celebração da liturgia. Assim, a liturgia está interligada com a conversão, a fé, a pertença à comunidade, a presença no mundo, a oração pessoal, a oração comunitária, as diversas expressões da piedade popular.

A SC aborda uma outra questão de máxima relevância: a presença de Cristo na liturgia. A defesa da presença real do Senhor na eucaristia levou ao esquecimento das outras formas de presença real do Senhor. Nunca será demais afirmar-se o realismo da presença eucarística do Senhor, desde que esse realismo seja corretamente entendido e a presença real eucarística não seja isolada como uma espécie de *em si* desligado do conjunto do mistério de Cristo¹¹.

Enviado pelo Pai ao mundo, Jesus Cristo realizou a obra da salvação através de sua existência terrena, culminando com sua páscoa: paixão, morte, ressurreição e glorificação. Do lado de Cristo trespassado na cruz nasceu a Igreja. Enviados por Cristo, os apóstolos, no poder do Espírito, anunciaram o evangelho e, na celebração dos sacramentos e da eucaristia tornaram uma realidade presente o evangelho anunciado. Esta ação continua a efetivar-se na Igreja e assim continuará até o fim dos tempos. Os sacramentos e a eucaristia formam o eixo em torno ao qual gira toda a vida litúrgica, cuja eficácia é garantida pela presença de Cristo no Espírito Santo.

A presença real do Senhor em toda a vida da Igreja é o horizonte onde se encontra situada sua presença real no conjunto da ação litúrgica que engloba a assembléia reunida, cada fiel, o ministro presidente, a palavra proclamada, o pão e o vinho consagrados, os sacramentos, o ofício divino. Vale para cada sacramento o que se diz do batismo: quando alguém batiza é Cristo mesmo quem batiza. No dizer belo e profundo de São Leão Magno: “Aquilo que era visível no nosso Salvador, passou para os seus mistérios”.

¹¹ Ver SC, 1-13; Paulo VI, *Carta encíclica Mysterium Fidei*; E. Schillebeeckx, *La presenza eucarística*, 3ª edição, Paoline, Roma, 1969; C.J. Senem, *Celebração e vida: dois momentos inseparáveis da celebração eucarística*, *REB* 71, 2011, 124-142.

Por conseguinte, a presença real do Senhor na eucaristia não exclui as outras formas de presença real, mas é a presença real *por antonomásia* devido a sua densidade ontológica: Pão e Vinho consagrados são o Corpo e o Sangue do Senhor. Mas essa presença acontece em vista da presença e da atuação do Senhor em cada fiel e na comunidade.

Embora a SC não trate explicitamente da questão, o pedido a Deus a fim de que envie o Espírito Santo para a transformação do pão e do vinho no Corpo e Sangue do Senhor, e para a transformação dos comungantes é consequência da renovação da liturgia. Todas as novas orações eucarísticas do *Missal Romano* a contêm, com exceção da primeira, agora denominada Cânon Romano. Ora, essa oração eucarística foi a única rezada durante séculos na Igreja latina. Sem entrar no complexo debate em torno da relação entre epiclesse e anamnese, ação do Espírito Santo e relato institucional, onde se misturam teologia, história, cultura e velhas rixas entre tradição oriental e tradição latina, a não-referência no Cânon Romano à ação do Espírito Santo na celebração da Eucaristia contribuiu para conhecidas distorções teológicas e pastorais. Em plano teológico, se concebia a eficácia das palavras da consagração de modo próximo da magia. O padre repetia a fórmula e Jesus lhe obedecia, fazendo-se presente no pão e no vinho. Em plano pastoral, havia padres que celebravam a missa às carreiras, mas ao chegar à consagração pronunciavam escrupulosamente cada palavra, cada letra da fórmula, pois se houvesse alguma falha, a presença eucarística do Senhor podia não acontecer. Ora, é no Espírito Santo que se dá o memorial das palavras e dos gestos do Senhor Jesus na Ceia, operando-se a misteriosa contemporaneidade entre a Ceia, a Páscoa e a Eucaristia. O *Catecismo da Igreja Católica* vai nessa direção ao afirmar: “Encontram-se no cerne da celebração da Eucaristia o pão e o vinho, os quais, pelas palavras de Cristo e pela invocação do Espírito Santo, se tornam o Corpo e o Sangue de Cristo”¹². O que não diminui em nada o papel do bispo ou do presbítero na presidência da missa. O Espírito Santo não está em concorrência com a estrutura sacramental da Igreja. Pelo contrário, é quem lhe confere sentido e eficácia. É no Espírito que o Cristo Ressuscitado se faz pessoalmente presente no Pão e no Vinho consagrados, o mesmo Cristo de cujos gestos e palavras “na noite em que ia ser entregue” o ministro ordenado faz o memorial. Epiclesse e anamnese formam um todo indissociável¹³.

¹² *Catecismo da Igreja Católica*, 1333.

¹³ Ver C. Giraudo, *Num só Corpo. Tratado mistagógico sobre a eucaristia*, Loyola, São Paulo, 2003,

3.2 CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA “*LUMEN GENTIUM*” SOBRE A IGREJA (LG)

A expressão *Lumen Gentium* significa *Luz dos Povos*. Com ela, o mais importante documento conciliar faz sua primeira afirmação e essa é capital: “Sendo Cristo a Luz dos Povos...” (LG 1). A luz dos povos é Cristo. A Igreja vem refletindo essa luz com maior ou menor intensidade. Como refleti-la hoje? Passo a comentar alguns pontos-chave do documento.

Com a *LG*, a Igreja deixa de insistir nos elementos exteriores da organização e do direito, e faz a memória de sua realidade profunda: ser mistério no Mistério de Cristo. Embora possua uma estrutura visível com relações jurídicas e sociais, não se trata de uma multinacional com representações em toda parte sob a direção de um centro administrativo, mas uma realidade de ordem teologal, transcendendo assim os limites de sua visibilidade. Por outro lado, essa visibilidade é inerente à Igreja, podendo ser comparada à ponta visível do grande iceberg que é a ação salvadora de Deus.

Nessa perspectiva se entende por Igreja cada fiel (Gl 2,20), uma comunidade eclesial local (At 13,1), um grupo de comunidades eclesiais (At 9,31), a Igreja em sua totalidade (At 20,28). Enquanto Igreja particular caminha sob a presidência do bispo e enquanto Igreja universal sob a direção do colégio episcopal presidido pelo bispo de Roma. É assim que a Igreja está presente em todas as legítimas comunidades de fiéis unidas aos seus pastores. Seguindo essa via, resgatou-se um dado da mais antiga tradição que usava a palavra *Igreja* para designar na maioria das vezes a comunidade local (Rm 16,5; ICor 1,2). Essa realidade visível, no entanto, se origina, alimenta e vive da presença do Ressuscitado no Espírito Santo. Desse modo, a Igreja é mistério, realidade divina transcendente e salvífica visivelmente presente entre os homens¹⁴, mas sempre mistério segundo, derivado do Mistério de Cristo (Cl 1,17-27).

O mistério da Igreja se faz visível mediante a constituição de um povo, o Povo de Deus. Durante muito tempo, a Igreja fora pensada como uma pirâmide em cujo cimo estaria o papa; abaixo dele, os bispos; abaixo dos bispos, os padres e abaixo dos padres, os leigos. Cada extrato mandava no que ficava abaixo. O extrato último, os leigos, apenas obedecia.

Com a noção de Povo de Deus, a Igreja volta a ser pensada como a grande assembléia reunida em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Nela,

527-546; J.J. von Allmen, *Estudo sobre a ceia do Senhor*; Duas Cidades, São Paulo, 1968, 29-46.

¹⁴ Ver LG, cap. I; H. de Lubac, *Paradoxo e mistério da Igreja*. São Paulo: Herder 1969, p. 9-52.

todos são fundamentalmente iguais porque receberam o batismo, confessam a fé, escutam a palavra alimentam-se da eucaristia, participam da responsabilidade comum pelo evangelho, caminham na esperança do Reino vindouro.

Dessa igualdade fundamental abre-se o leque dos diferentes dons, carismas, ministérios e serviços pastorais instituídos em vista da caminhada do Povo de Deus. Os ministérios ordenados, (bispos, presbíteros, diáconos) são conferidos mediante o sacramento da ordem, em virtude de sua pertença específica à sacramentalidade da Igreja.

Em vista da missão, o Senhor reuniu um grupo de doze apóstolos onde Pedro aparece como que exercendo a presidência. Esse colégio prossegue no decorrer dos tempos por meio dos bispos que, reunidos, formam o colégio episcopal presidido pelo bispo de Roma. Os bispos são considerados sucessores dos apóstolos e o bispo de Roma, sucessor de Pedro. Cada bispo preside uma Igreja local. O papa preside a Igreja de Roma. Todos juntos, o colégio episcopal e seu presidente, têm “a solicitude por todas as Igrejas”. Em consequência, devemos pensar sempre o colégio episcopal juntamente com seu presidente, o papa; e pensar o papa juntamente com o colégio episcopal de que é presidente.

O bispo não é um representante do papa. É sinal de Cristo em sua tríplice missão, possui poder próprio (não vigário), ordinário (não delegado) e imediato (sem intermediário) em virtude do sacramento que lhe foi conferido na ordenação episcopal. No entanto, não age isoladamente e sim em comunhão com os outros bispos, a conferência episcopal e o papa. Torna presente na diocese a Igreja Una Santa Católica e Apostólica. Por isso não é um administrador, um ecônomo e um realizador de obras, embora essas coisas entrem no seu ministério. É o pastor por excelência e o primeiro missionário, capaz de tomar iniciativas e decisões, não mero executor de ordens vindas de outra instância. O bispo pastorea a Igreja particular em colaboração direta e fraterna com os presbíteros, seus colaboradores imediatos, e com os leigos em sua participação no sacerdócio batismal, no múnus profético de Cristo e no múnus de reger a Igreja. Enfim, o bispo deve estar aberto aos sinais dos tempos¹⁵.

O colégio episcopal sob a presidência do bispo de Roma é um elemento permanente na vida da Igreja, embora varie a forma de seu exercício. Possui poder supremo e pleno sobre toda a Igreja, poder que provém não do papa nem do povo, e sim do próprio Deus. É nesse horizonte que se situa o primado do bispo de Roma e da autoridade que lhe compete. O concílio ecumênico é a

¹⁵ Ver *LG*, cap. III.

expressão maior do supremo poder do colégio dos bispos sobre toda a Igreja. Contudo, além do concílio ecumênico, o colégio episcopal deve atuar permanentemente. Aqui se encontra um dos maiores desafios até agora não respondidos: a efetivação da colegialidade na direção da Igreja¹⁶, pois o Vaticano II confirmou a doutrina da colegialidade, mas não definiu as instâncias e mediações concretas para sua efetivação. A primeira tentativa nesse sentido, o sínodo dos bispos instituído por Paulo VI em 1965, foi decepcionante. O sínodo permanece na completa dependência do papa que decide desde o assunto a ser debatido até a palavra final sobre os votos formulados. Sendo assim, mal iniciamos a longa passagem de uma Igreja monarquia absoluta, para uma Igreja conciliar-sinodal em seus diversos níveis: pequenas comunidades, paróquias, dioceses, Igreja universal. Não raramente, o ranço autoritário é mais forte nas instâncias menores do que nos centros de decisão.

Concluindo, ao afirmar a sacramentalidade do episcopado, a realidade eclesial da Igreja local ou particular e a colegialidade episcopal, o Vaticano II operou uma virada eclesiológica que está apenas nos primeiros passos. Um detalhe da maior significação sobre o caráter colegial do ministério ordenado: no decreto sobre o ministério e a vida dos presbíteros a palavra *presbítero* aparece 7 vezes no singular e III no plural, sinal de que o Vaticano II pensa muito mais em termos colegiais do que individuais¹⁷.

O último capítulo da *LG* é dedicado à Virgem Maria. É um texto sóbrio, fundamentado na Bíblia e nos Santos Padres. Com ele superam-se os excessos de uma piedade mariana mal compreendida e se apresenta Maria e sua missão na história da salvação e na comunidade eclesial. Maria, mãe do Salvador é também a primeira entre seus discípulos. Não está acima da Igreja, mas na Igreja, sendo a primeira na fé, na escuta, na acolhida e na resposta à palavra de Deus, resposta em que fé e vida se interpenetram¹⁸.

¹⁶ Ver B. Kloppenburg, *A eclesiologia do Vaticano II*, Petrópolis: Vozes, 1971, 135-202; e do mesmo autor, *Minha Igreja*, Petrópolis: Vozes, 2000, 119-208; M.F. dos Anjos (organizador), *Bispos para a esperança do mundo*, São Paulo: Paulinas, 2000; J.M.R. Tillard, *O bispo de Roma*, São Paulo: Loyola, 1985; J.R. Quinn, *Reforma do papado*, Santuário, Aparecida, 2002; Lafont, F., *Imaginar a Igreja católica*, São Paulo: Loyola, 2008, 193-254; Y. Congar, *Igreja e papado: perspectivas históricas*, São Paulo: Loyola, 1997.

¹⁷ *LG*, 28.

¹⁸ Ver *LG VIII*; R.E. Brown e outros, *Maria no Novo Testamento*, São Paulo: Paulinas, 1985; A.G. Dorado, *De Maria conquistadora a Maria liberadora. Mariologia popular latinoamericana*, Sal Terrae, Santander, 1988; A. Murad, *Maria, toda de Deus e tão humana*, Paulinas, São Paulo, 2004; H. Munstermann, *Maria corredeutora? Debate sobre um título mariológico*; São Paulo: Paulus, 2009.

3.3 CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA “*DEI VERBUM*” SOBRE A REVELAÇÃO DIVINA (DV)

A expressão *Dei Verbum* significa *A Palavra de Deus*. Embora não seja muito extensa, a DV é um dos documentos conciliares de maior importância, tendo sido também o de mais demorada gestação. Passaram-se seis anos entre a primeira consulta em 1959 até a promulgação a 15 de novembro de 1965, vinte dias antes do término do concílio. A demorada elaboração da DV deveu-se ao caráter decisivo da questão sobre a qual versa seu ensinamento: a revelação divina, fundamento da fé e da teologia.

A experiência da revelação divina define a história do Povo de Deus, tendo sido vivenciada pela Tradição e consignada pela Escritura. Deus veio a nosso encontro e entrou em diálogo conosco em vista da comunhão de amor e vida com ele já desde agora e orientada para uma realização escatológica. Essa iniciativa divina livre e amorosa atingiu a plenitude quando a Palavra se fez carne e habitou entre nós (Jo 1,14).

Embora se tratasse da experiência fundamental desde sempre vivenciada pela Igreja, o debate teológico e o ensino do magistério em torno da revelação se intensificaram nos últimos séculos devido a vários fatores entre eles o racionalismo, o desenvolvimento da exegese bíblica e de outras ciências afins, a decadência da teologia católica, as tentativas de renovação, a crise modernista, a sofrida renovação bíblica, teológica e pastoral na Igreja católica. Nesse contexto, o Vaticano viu-se desafiado a ensinar sobre a revelação articulando os dados de fé com os estudos bíblicos, o desenvolvimento dogmático, o processo histórico, a renovação pastoral, a resposta aos questionamentos de ordem científica e filosófica. Tudo isso com o intuito de fazer com que a revelação divina seja anunciada hoje em seu significado decisivo para a humanidade, o mundo e a história. Malgrado os valiosos avanços, algumas questões permanecem abertas. Mesmo assim é admirável a contribuição da DV para uma melhor compreensão da revelação divina. Passo a comentar alguns pontos-chave do documento.

Em primeiro lugar, põe-se a pergunta: o que se entende por revelação divina? Trata-se de uma iniciativa divina absolutamente amorosa, livre e gratuita. Deus quer conduzir os seres humanos e a criação inteira à participação na vida divina. Para isto, vem a nosso encontro, faz ecoar sua palavra, escolhe um povo para exprimir visivelmente seu desígnio de salvação e, no seio desse povo, chama alguns para uma missão peculiar, começando por Abraão, nosso primeiro pai na fé, prosseguindo com os patriarcas, Moisés e os profetas. Desse modo, Deus

se revela por meio de acontecimentos e palavras intimamente relacionados. Atua nos acontecimentos e exprime o sentido de seu agir mediante a palavra profética.

Com este enfoque, a *DV* supera uma concepção intelectualista de revelação entendida como um conjunto de doutrinas, proposições e teoremas enviados por Deus, e passa a uma outra concepção onde está em primeiro lugar o caráter histórico e interpessoal da revelação. É Deus mesmo que em sua Palavra vem ao encontro do ser humano, que responde a essa autorrevelação mediante a fé. Do encontro entre a Palavra de Deus e o ser humano se origina a doutrina da fé, indispensável, mas segunda (não secundária)¹⁹.

A revelação divina chega à plenitude com Jesus Cristo, a Palavra feita carne e que arma sua tenda no grande acampamento dos homens (Jo 1,14; Hb 1,1-2; Jo 14,9). Essa plenitude se manifestou na vida silenciosa e obscura de Jesus em Nazaré (cf. Lc 2,51-52), em sua atividade por meio de palavras e sinais (Mc 1,14-15), em sua morte e ressurreição (Lc 19,28), no envio do Espírito Santo (At 2,1-4). Sendo Jesus em pessoa a revelação de Deus, com ele tudo está dito, de modo que já não haverá mais nenhuma nova revelação²⁰. Neste sentido, é necessário repetir sempre de novo o que escreve São João da Cruz: “Ao dar-nos, como nos deu, o seu Filho, que é a sua única Palavra (e não há outra), disse-nos tudo de uma vez nessa Palavra e nada mais tem a dizer”²¹.

A resposta do ser humano à revelação realiza-se na fé assumida como confiança incondicional em que a pessoa inserida na comunidade se arrisca por inteiro, pondo em jogo todo o seu ser e toda a sua existência. Esse é o fundamento sobre o qual se apoia a aceitação da doutrina da fé²².

A revelação divina em Jesus Cristo chega até nós através da Tradição e da Escritura. Ambas se originam dele e para ele se orientam. Por Tradição se entende tudo o que a Igreja vive e crê do começo até hoje, abrangendo a Escritura, os escritos dos Santos Padres, os sacramentos, as instituições eclesiais, a liturgia, a teologia, o magistério, a prática pastoral, em resumo: toda a realidade do cristianismo. É a Igreja em tudo aquilo que a constitui vivenciado em um dinamismo de recepção e transformação mediante o qual a Igreja vai gerando a si mesma. Nesse dinamismo se conserva o que foi recebido, ao mesmo tempo em que se progride em sua compreensão e em sua vivência. Sendo

¹⁹ *DV* 1-3.

²⁰ *DV*, 4.

²¹ São João da Cruz, *A subida do Monte Carmelo*, livro 2, cap. 22.

²² *DV*, 5-6.

assim, a Tradição não é extática, não se acha fixada em determinado momento, mas progride na Igreja sob a guia do Espírito Santo. É o horizonte onde estão situadas as tradições em sua enorme diversidade, em sua maior ou menor importância, em sua permanência ou transitoriedade. A correta vivência da Tradição requer uma dupla volta: a volta ao Senhor e à Igreja primitiva, a volta ao presente da Igreja e do mundo²³.

A Escritura é o testemunho escrito da revelação divina. Foi inspirada pelo Espírito Santo e ao mesmo tempo redigida por autores que ao escrever agiram como qualquer escritor. Por isso, na Bíblia a palavra de Deus chega até nós encarnada nas palavras de seus autores humanos, cada qual com suas qualidades e limitações, condicionado pelo contexto e pelos conhecimentos disponíveis na época e no lugar onde viviam. Entre os elementos a ser levados em conta na leitura da Bíblia estão os gêneros literários e os sentidos, a começar pelo sentido literal, ponto de partida para a descoberta da riqueza contida no texto sagrado em sua permanente atualidade²⁴.

Finalmente, mesmo constituída por um emaranhado de textos díspares, a Escritura encontra sua unidade em Jesus Cristo. Escreve o teólogo medieval Hugo de São Vítor: “Toda a Escritura divina constitui um único livro e este livro é Cristo, fala de Cristo e encontra em Cristo sua realização”²⁵.

Tradição e Escritura estão intimamente unidas e inter-relacionadas. Através delas, a palavra de Deus chega até nós. Em seu dinamismo, a Tradição vai descobrindo a riqueza escondida na Escritura. Essa, por sua vez, é referência constante para a Tradição em andamento. Voltada para a Bíblia, sem a Tradição, a Igreja corre o risco de acabar numa “religião do livro”, meio caminho para descambar no fundamentalismo. Sob o impulso da Tradição, mas esquecida da Bíblia, a Igreja se dispersa em práticas piedosas desligadas do centro vital que é Jesus Cristo.

A Bíblia é o livro da Igreja e de cada fiel. É assim que o cristão se encontra com a palavra escrita de Deus. Ao ler a Bíblia sob a guia do Espírito Santo e inserido na comunidade eclesial, descobre dia a dia a riqueza da palavra de Deus e de sua atualidade, leitura acompanhada pela oração e pelo estudo.

²³ Ver DV, 7-9; J.B. Libânio, *Teologia da Revelação a partir da modernidade*. São Paulo: Loyola, 1992, 379-429; R. Latourelle, *Teologia da Revelação*, São Paulo: Paulinas, 1981, 366-413; H. Waldenfels, *Teologia fundamentale nel contesto contemporaneo*. Milano: Paoline, 1988, 574-643.

²⁴ DV, 10-13.

²⁵ Citado em: Bento XVI, *Exortação apostólica pós-sinodal Verbum Domini*, 39.

A centralidade da palavra de Deus redescoberta pela *DV* se afirma cada vez mais. Haja vista o interesse cada vez maior pela leitura e pelo estudo da Bíblia, a crescente prática da leitura orante, o desenvolvimento da teologia bíblica e o ensino do magistério com destaque para o sínodo sobre a palavra de Deus em 2008 e a *Exortação apostólica pós-sinodal Verbum Domini*, de Bento XVI.

3.4 CONSTITUIÇÃO PASTORAL “GAUDIUM ET SPES” SOBRE A IGREJA NO MUNDO DE HOJE (GS)

A expressão *Gaudium et Spes* significa *A Alegria e a Esperança*. Para entender o significado dessa constituição é preciso olhar para a história da Igreja e do Ocidente nos últimos séculos. A partir do século XVI se intensificaram transformações anunciadas já desde a Idade Média e que atingiram a religião, a sociedade, a cultura, a política, a filosofia, a ciência, a economia. O Renascimento, a Reforma e o Iluminismo são alguns de seus mais importantes frutos.

A situação abalou a Igreja que presenciava a contestação e a diminuição do poder exercido desde a consolidação da cristandade medieval. Tem início um longo período de incompreensão mútua: a Igreja rejeita o mundo moderno, o mundo moderno rejeita a Igreja, que passa a sentir-se uma fortaleza asediada por inimigos decididos a destruí-la. No âmbito da Igreja, a oposição ao mundo moderno beirou a comicidade com a postura reacionária do papa Gregório XVI (1831-1846). Ele foi contra a colocação dos postes de iluminação pública, a construção de uma estrada de ferro nos territórios pontifícios, a liberdade de imprensa. Infelizmente houve também um lado trágico ao servir-se de tropas da Áustria para reprimir levantes nos estados pontifícios. Ainda bem que apesar de ultraconservador, estava atento aos pobres e as suas necessidades. Essa era a mentalidade dominante, embora não fossem comuns tais exageros.

Aos poucos foi despertando na Igreja a consciência de que era necessária uma outra postura: o diálogo em lugar da condenação, a presença em vez do combate. Em plano pastoral, a Ação Católica exemplifica bem essa mudança. No Brasil, dois exemplos distantes no tempo e diferentes na realização prenunciam novos tempos: a atividade pastoral do redentorista brasileiro Júlio Maria com suas conferências e a presença da Ação Católica em diversos campos da sociedade²⁶.

²⁶ Ver Pe. Júlio Maria, *A Igreja e o povo*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983; e do mesmo autor, *Conferências da Assunção*, Santuário, Aparecida, 1988; J.O. Beozzo, *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

No concílio, a ideia de um documento sobre a presença da Igreja no mundo surgiu a partir do discurso do cardeal Suenens, pronunciado em dezembro de 1962. Depois de longamente discutido e corrigido, chegou-se ao texto definitivo, aprovado a 7 de dezembro de 1965. Nesse mesmo ano, em sua mensagem de Natal, Paulo VI dirá que a *GS* marca o encontro da Igreja com o mundo atual, não para dominar a sociedade, nem para dificultar o desenvolvimento autônomo e honesto de sua atividade, mas para iluminá-la, sustentá-la e consolá-la. O texto é extenso, constando de um proêmio, uma introdução e duas partes. Na primeira parte, predomina o enfoque doutrinal e na segunda, o enfoque pastoral, sem uma rígida separação entre os dois. Não obstante essa divisão, o texto forma uma unidade.

Tal como as outras constituições, a *GS* começa com um proêmio onde se afirma a radical solidariedade da Igreja com a humanidade, em particular com os pobres e os sofredores:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração... Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história ²⁷.

Essas palavras alargam o horizonte da ação evangelizadora e pastoral da Igreja²⁸, que não pode limitar-se exclusivamente ao religioso, permanecendo alheia à circunstância onde as comunidades eclesiais se encontram, mas precisa abrir-se ao mundo, à história, à cultura, à sociedade, à política, às questões sociais, à economia... No Brasil, essa abertura vem se dando especialmente pelas pastorais sociais: Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral das Favelas, Pastoral Carcerária, Pastoral dos Surdos, Pastoral da Criança e tantas outras.

Com sua perspectiva, a *GS* abriu o caminho para o admirável conceito de evangelização apresentado anos mais tarde por Paulo VI:

²⁷ *GS*, Proêmio.

²⁸ Sobre a relação entre evangelização e pastoral, veja: A.A. de Melo, *Evangelização e pastoral: duas dimensões da mesma realidade*, *Repensar* 01, 2009, 17-26.

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa-Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: 'Eis que faço de novo todas as coisas' ²⁹.

Em plano teológico, merecem atenção três afirmações capitais da GS ³⁰. A primeira é a seguinte:

Na realidade o mistério do homem só se esclarece no mistério do Verbo encarnado. Com efeito, Adão, o primeiro homem, era figura daquele que haveria de vir; isto é, de Cristo Senhor.

Para a antropologia cristã, o que define o ser humano em sua profundidade radical é o ser ouvinte da palavra de Deus³¹. Sendo Jesus Cristo, a própria Palavra de Deus encarnada, nele a condição humana alcança o pleno acabamento. Por isso, se diz que a antropologia é uma cristologia inacabada, ao passo que a cristologia é a antropologia em sua realização suprema. Em perspectiva pastoral podemos relacionar isto com a defesa que o escritor alemão Heinrich Böll fazia da divindade de Cristo, motivado não tanto pela preocupação com a ortodoxia dogmática, e sim pelo contexto de uma sociedade que nega aos indivíduos as possibilidades de se realizarem como pessoas. Afirma ele: “A separação entre Jesus e Cristo surge para mim como um truque inadmissível, pelo qual se retira a divindade não apenas do Deus feito homem, mas de todos os homens e mulheres que aguardam por sua própria hominização”³².

A segunda afirmação se refere ao alcance universal da encarnação:

Com efeito, por Sua encarnação, o Filho de Deus uniu-Se de algum modo a todo homem.

Todo ser humano está relacionado com Jesus Cristo por ter sido criado por ele, para ele e à sua imagem; subsiste sob o influxo de sua presença no Espírito; realizar-se-á plenamente junto com o mundo e a história ao participar de sua ressurreição e de sua glória³³. Presente no mundo e inserida na história, a Igreja testemunha, proclama, celebra esse maravilhoso desígnio divino. Esta é sua vocação e o fundamento de sua imprescindível necessidade.

²⁹ Paulo VI, *Exortação apostólica Evangelii Nuntiandi*, 3.

³⁰ GS, 22.

³¹ Ver K. Rahner, *Curso fundamental da fé*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 37-59; H. Vorgrimler, *Karl Rahner: experiência de Deus em sua vida e em seu pensamento*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 211-247.

³² Texto retirado de um caderno de notas sem referências a sua origem.

³³ GS, 45.

A terceira afirmação é de ordem pneumatológica:

Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem, isto é divina, devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, a este mistério pascal.

O Espírito Santo age em todos os seres humanos, oferecendo-lhes a possibilidade de associar-se ao mistério páscoa e na Igreja a fim de que ela seja a realização visível, sacramental dessa ação.

A GS inter-relaciona cristologia, eclesiologia e antropologia. Abre o caminho para a superação do dualismo e do espiritualismo que empobreceram, quando não desvirtuaram a salvação anunciada pelo cristianismo. Faz ver que a salvação realizada em Jesus Cristo é visibilizada sacramentalmente na Igreja, opera no ser humano e o transforma na totalidade de seu ser e de seu agir, de seu mundo e de sua história.

A GS marcou o encontro da Igreja com o mundo contemporâneo. Para melhor entendê-la, devemos levar em conta o que sucedeu depois. Em 1968, reuniu-se a conferência de Medellín a fim de situar o Vaticano II na realidade latino-americana. Dizia-se que o concílio e com ele a GS possuíam uma marca fortemente européia. Era preciso recebê-lo, inserindo-o na realidade da América Latina. Em se tratando da GS, criticava-se o seu otimismo muito em correspondência com o contexto europeu do pós-Guerra caracterizado pela melhora das condições de vida da população. Ora, bem diferente era a situação do continente latino-americano com a desigualdade, a injustiça e a opressão de seus povos. Prenunciava-se, porém, uma nova época da história de nosso continente, caracterizada pela transformação desenvolvimento e emancipação total³⁴. Foi nesse contexto que nasceu a teologia da libertação. À conferência de Medellín seguiram outras três: Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007), cada qual com seu respectivo documento.

Em todos esses anos, não faltaram tentativas de freio ou retrocesso. O élan original arrefeceu. Entraram em campo outras propostas de espiritualidade e pastoral. No entanto, as grandes intuições da conferência de Medellín continuam a inspirar, apesar dos rumos tomados pelo continente, pela Igreja e não obstante o contexto emergente. O *Documento de Aparecida* o comprova de modo cabal³⁵.

³⁴ Ver *Documento de Medellín*, Introdução.

³⁵ Ver A. Brighenti. Vaticano II – Medellín. Intuições básicas e eixos fundamentais, *REB* 69, 2009,

A descoberta das mazelas do mundo moderno deu origem a certo desencanto acompanhado por sonhos de restauração. Serve de antídoto a idéia atribuída a Hegel de que o passado somente retorna como farsa ou como tragédia. Certas situações eclesiais apontam para a primeira alternativa. Os erros, equívocos e deficiências da modernidade não diminuem as conquistas e os valores dela provenientes. Por isso a Igreja não pode retroceder em sua relação com o mundo moderno, caindo na tentação do retorno à pré-modernidade. Sua missão é contribuir para a travessia da modernidade na direção de um futuro melhor para a humanidade e toda a criação. Desse modo ela anunciará o Reino que vem, que já se encontra presente em cada indivíduo, na Igreja e no mundo, e que virá para o arremate final da criação e da história.

4 CONCLUINDO

Com o Vaticano II, a Igreja entrou em uma nova etapa de sua peregrinação. Mesmo parecendo paradoxal, essa entrada numa nova etapa se deu mediante um retorno à Tradição, à Escritura, a Jesus. Dizia o escritor Thomas Mann: “Os melhores servidores do novo... serão aqueles que conhecem o antigo, e o amam, e o transportam para dentro do novo”. Em se tratando da fé cristã, o antigo é o perenemente Novo.

A recepção do Vaticano II prossegue acompanhada das dificuldades comuns a processos dessa ordem. Existem linhas de interpretação e hermenêuticas em choque, tendências na linha do avanço rumo ao futuro e da restauração do passado pré-conciliar. Caminhos abertos foram barrados, a começar pela colegialidade. Por isso, mais do que nunca devemos confiar no poder da palavra de Deus. “O que deve ser tem força”, diz o biblista Carlos Mesters. Na feliz expressão de Karl Rahner, o Vaticano II foi “o início de um começo”. Mais do que uma definição, esta palavra do grande teólogo é uma profecia.

*Recebido em 06/06/2013
Aprovado em 20/06/2013*

p. 5-26; S.S. Távares. Aparecida e o legado de Medellín. Trajetórias e perspectivas, *REB* 69, 2009, p. 27-52.